

4. Deu no jornal

A análise pretendida neste trabalho adota uma premissa fundamental: embora política externa não seja um assunto de grande destaque na imprensa, o tema ganha premência quando a figura do presidente da República está envolvida de forma ativa na diplomacia. O resultado desse interesse, para além da cobertura diária das atividades do mandatário, é que temas ligados à política externa tendem a ser mais discutidos em colunas e editoriais, canais pelos quais os veículos mais diretamente expressam suas opiniões.

Foi com base nessa premissa que se planejou a pesquisa empírica que será apresentada neste capítulo, cujo objetivo é buscar nos textos publicados nos jornais evidências de que a imprensa brasileira se comporta como ator autônomo no processo de formulação da política externa, observando o modelo de dupla via de influência anteriormente exposto.¹³⁵ Considerou-se relevante o conteúdo opinativo dos dois maiores jornais do Brasil em circulação e abrangência territorial – Folha de S. Paulo e O Globo –, tendo em conta também que seus leitores pertencem ao estrato anteriormente definido como público atento para política externa no país. A partir desse conteúdo, fez-se três recortes. O primeiro, temporal, abrange os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. O segundo, tendo como base a premissa apresentada, considera relevante apenas os editoriais e colunas produzidos quando o presidente estivesse fazendo uso da diplomacia presidencial. O terceiro deriva da compreensão de que nem todos os editoriais e colunas que abordem a atividade internacional do presidente analisarão temas de política externa. Um encontro de mandatários pode ser um gancho para discutir questões tão diversas quanto a modernização do parque industrial brasileiro ou o índice de analfabetismo funcional no país, por exemplo, o que foge ao interesse da presente pesquisa.

¹³⁵ Cf. cap 2, p. 26.

Logo, os artigos publicados nos dois veículos durante o período selecionado só foram considerados se cumprissem duas exigências: terem como gancho um momento em que Cardoso estivesse praticando diplomacia presidencial; e utilizarem esse gancho para discutir assuntos relacionados à inserção internacional do Brasil.

A análise do conteúdo opinativo da Folha de S. Paulo encontrou 83 textos que atendiam aos critérios da pesquisa, sendo 45 editoriais e 38 colunas. Os dois colunistas que mais trataram de política externa na amostra selecionada foram Clóvis Rossi e Eliane Castanhêde. Já no Globo, a pesquisa encontrou 32 textos que atendiam ao critério inicial, sendo 15 editoriais, dois artigos e 15 colunas. Pelo Globo, abordaram temas de política externa Márcio Moreira Alves e Miriam Leitão. Além disso, foram selecionadas três colunas de Elio Gaspari, que as publicou tanto na Folha quanto no Globo.

A diferença no número de editoriais e colunas dos dois jornais é significativa e pode ser atribuída a diversos fatores, dos quais três podem ser destacados. Primeiro, o número de editoriais produzido diariamente pela Folha de S. Paulo é maior que o do Globo. Na maior parte do período em questão, o diário paulista publicou três editoriais por edição, enquanto o carioca, apenas um. Segundo, também o número de colunistas da Folha é superior ao do Globo. Tradicionalmente, os artigos de opinião são um trunfo apresentado pelos paulistas quando comparados a veículos concorrentes. Terceiro, o Globo é um veículo no qual a cobertura local, dos assuntos referentes à cidade do Rio de Janeiro, tem um peso relativo maior que seu equivalente na Folha. Assim, além de ocuparem mais espaço no corpo do jornal, os temas locais acabam por despertar mais o interesse dos leitores e repercutir mais nas colunas de opinião.

Por não ser o objetivo desta pesquisa, a análise quantitativa dos dados não se estenderá muito além das considerações feitas acima. Daqui por diante, só se recorrerá a referências quantitativas de editoriais ou colunas quando a informação numérica for indicadora do tratamento dado por um dos veículos a temas de política externa ou da diferença de tratamento entre os veículos. Na próxima seção, serão apresentados os principais enquadramentos utilizados pela imprensa na cobertura da diplomacia presidencial de Cardoso. A intenção é compreender de que maneira foram feitas as escolhas e seleções que determinaram o tratamento dado ao tema e, por conseguinte, a forma como as ações do presidente e do

Itamaraty foram transmitidas aos leitores. Por fim, o comportamento dos dois principais veículos impressos do Brasil no período Cardoso será confrontado com as propostas teóricas anteriormente levantadas sobre o papel da imprensa na elaboração da política externa.

4.1.

A diplomacia presidencial enquadrada

No noticiário cotidiano, a verdade não é um resultado, é um objetivo. Os repórteres, em geral, buscam refinar suas versões dos fatos para que se aproximem ao máximo do que lhes parece ser o acontecido, embora o produto desse esforço seja, na melhor das hipóteses, uma versão do fato com informações verdadeiras apresentadas sob um ponto de vista majoritariamente compreendido e aceito pelos leitores.

Nos editoriais e colunas, a verdade não é o resultado nem o objetivo, é um componente. A ele será adicionado outro, a opinião, e às vezes um terceiro, a exclusividade, que farão dessas seções um espaço diferenciado do noticiário convencional. Analisar a opinião dos jornais por meio de seus editoriais e colunas, porém, não se resume a deter-se no conteúdo expresso do componente “opinião”. É preciso atentar para um processo anterior pelo qual colunistas e editorialistas selecionam os elementos do fato que ganharão destaque, os que serão desprezados, a maneira de se contar a história, o local de onde o narrador observa os acontecimentos. Esse processo é o enquadramento, cuja identificação é essencial para se compreender o posicionamento da imprensa em relação à política externa implementada pelo Executivo e a maneira como os veículos informam, promovem, traduzem ou questionam essa política em seu diálogo cotidiano com a sociedade.

A análise identificou quatro enquadramentos entre os mais utilizados pelos editoriais e colunas da Folha de S. Paulo e do Globo, presentes em ambos os veículos, que serão analisados detalhadamente a seguir. Como não há nas teorias de jornalismo denominação específica para cada um dos enquadramentos encontrados, eles serão chamados a partir de agora de: *cara e coroa*, que mistura a análise de política interna com a de externa e refere-se ao presidente como agindo

de uma maneira dentro do país e outra fora; *diário do Príncipe*, que toma como fio condutor o próprio dia-a-dia do presidente em suas viagens e encontros de cúpula; *briefing*, cujo texto se aproxima bastante, na forma, a um *briefing* de imprensa, em geral descrevendo o país para onde o presidente viajará, o estado-da-arte nas relações do Brasil com esse país ou a própria agenda de encontros do presidente; e, por fim, *liderança*, que associa a atuação externa de Cardoso a uma suposta pretensão ou ao exercício de liderança regional. Outros enquadramentos menos comuns foram identificados pela pesquisa, mas em número pouco representativo para que se possa inferir deles uma tendência de interpretação da política externa por parte imprensa.

Antes de se passar à análise dos padrões de enquadramento, cabe ressaltar a importância de um tema em especial durante os oito anos de governo Cardoso: a própria diplomacia presidencial. Uma vez que a retórica diplomática brasileira incorporou esse conceito e a agenda do presidente se mostrou repleta de compromissos externos logo em seus primeiros meses, os jornais pesquisados dedicaram grande espaço a explicar, analisar e buscar desdobramentos para a atuação externa de Cardoso, e a imprensa passou a ser uma voz no debate sobre o uso dessa ferramenta diplomática.

Durante o período, tanto o Globo quanto a Folha publicaram nove editoriais ou colunas cada onde a utilização da diplomacia presidencial era o assunto principal. Metade deles foi publicado em 1995, primeiro ano do primeiro mandato de Cardoso, o que evidencia o reconhecimento por parte da imprensa de que se tratava de uma mudança na prática de política externa brasileira, o que por si só é um gancho que justifica a publicação de editoriais.

Se ambos os veículos deram igual atenção ao tema, o mesmo não se pode dizer do tratamento. No primeiro ano, tanto o Globo como a Folha de S. Paulo manifestaram-se favoráveis à execução da diplomacia presidencial e refletiram a visão que o Itamaraty e o próprio presidente tinham de seu uso. Nos anos seguintes, porém, o Globo manteve a linha de apoio à diplomacia de Cardoso, enquanto a Folha desviou-se para uma postura de crítica aos objetivos e resultados das viagens.

A semelhança entre as justificativas apontadas pela chancelaria para o uso da diplomacia presidencial e o tratamento dado pelos jornais às viagens de

Cardoso fica clara no editorial “A face externa”, publicado pelo Globo em 15 de julho de 1995:

“Essa atividade externa parece natural em quem foi tirado das Relações Exteriores no Governo Itamar Franco para assumir o Ministério da Fazenda. O presidente tem conhecimento e vivência dos assuntos continentais. Vem em boa hora essa experiência. O Brasil está em fase de crescimento e afirmação (...)”.

O argumento da experiência e do gosto de Cardoso pela diplomacia é o mesmo do Itamaraty, examinado no capítulo anterior. O trecho também deixa claro, assim como a chancelaria insistia, que o Brasil vivia um momento propício a mudanças na política externa em favor da valorização da figura do presidente. O mesmo argumento é desenvolvido pelo Globo no editorial “Visita em novo tempo”, de 18 de setembro do mesmo ano, por ocasião da visita de Cardoso à Alemanha:

“De fato ele leva na bagagem algumas garantias concretas. São os resultados da luta contra a inflação que, pelos seus índices assustadores, quase chegou a ser marca registrada do Brasil. (...) E, também, a aprovação das reformas constitucionais, que tiraram o Brasil do isolamento econômico e deram objetividade à opção, sempre professada, mas nem sempre verificada, pela economia de mercado.”

O tom de defesa da diplomacia presidencial continua no Globo até o fim do mandato de Cardoso, resistindo a todo tipo de críticas e mudanças na política interna e na situação macroeconômica do Brasil. Os mesmos argumentos continuaram a ser repetidos quase sete anos depois. É o que se pode ver no editorial “Nova diplomacia”, de 2 de novembro de 2001:

“O presidente Fernando Henrique fez um elogiado discurso na Assembléia nacional francesa. (...) À parte qualquer julgamento político, há uma tendência da opinião pública brasileira de minimizar essas liturgias internacionais. Ainda um certo gosto pela autoflagelação nos empurra até mesmo em sentido contrário: performances como a do presidente em Paris passam a ser vistas como atos de puro exibicionismo diante do mundo desenvolvido. É hora de abandonar esses cacoetes provincianos - inclusive porque o Brasil mudou de escala aos olhos do mundo. É verdade que o atual presidente tem uma predileção marcante pela atividade diplomática (foi chanceler antes de chegar ao Planalto). Mas se o seu sucessor, não importa quem seja, voltar as costas a este exercício de presença nos fóruns internacionais, muitas oportunidades boas sem dúvida serão desperdiçadas.”

A Folha de S. Paulo, por outro lado, começou o governo Cardoso acompanhando a tendência do Globo de utilizar um enquadramento bastante oficial mas, já a partir de 1996, passou a publicar editoriais e colunas com tons críticos e argumentos contrários aos da chancelaria. A fase favorável em relação à diplomacia presidencial começa com a viagem de Cardoso aos Estados Unidos, em abril de 1995. O editorial “A viagem de FHC”, de 23 de abril de 1995, espelha o argumento da chancelaria de que era oportuno vender uma boa imagem do Brasil no exterior. Diz o texto que a passagem do presidente Cardoso pelos Estados Unidos teve

“(…) muito mais um caráter de relações públicas, uma ofensiva de marketing. E esse esforço, além de ser oportuno, parece ter sido relativamente bem-sucedido. (...) Esse empenho torna-se, no entanto, particularmente crucial num momento em que os espíritos econômicos internacionais andam inquietos (...). Ademais, como informou esta Folha, a receptividade do governo norte-americano à visita (...) foi maior do que a simplesmente protocolar.”

A defesa da diplomacia presidencial pela Folha foi mais veemente e acompanhada da qualificação de bem-sucedida alguns meses depois, no editorial “O Brasil lá fora”, de 24 de outubro de 1995. O texto exalta as qualidades do presidente para exercer a diplomacia de modo muito semelhante ao que o Itamaraty fazia por ocasião de suas primeiras viagens, afirmando que

“Como de hábito, as viagens internacionais do presidente Fernando Henrique Cardoso são um sucesso. Exibir-se bem no exterior é o seu forte. É até natural para um político que começou sua carreira no Executivo como chanceler. De resto, FHC fala fluentemente diversos idiomas o que, apesar de ser contra o protocolo, impressiona seus colegas. Sua fama de intelectual internacionalmente reconhecido também o deixa em situação de vantagem mesmo quando se dirige a líderes de potências nucleares como Bill Clinton e Boris Ieltsi.”

O trecho acima reflete o posicionamento pouco crítico que a Folha de S. Paulo manteve em relação a Fernando Henrique Cardoso e sua diplomacia presidencial durante seu primeiro ano de mandato. A atração exercida pela figura do presidente e suas características pessoais são, em poucas linhas, transferidas para sua atuação internacional e, em consequência, à política externa por ele implementada. A última frase deixa a entender que, com Cardoso, o Brasil tem condições de falar em pé de igualdade com Estados Unidos e Rússia.

Porém, o ano de 1996 marca uma fase de transição na postura da Folha de S. Paulo em relação à diplomacia presidencial. O jornal publicou dois editoriais sobre o tema naquele ano, um contrário e outro favorável. No primeiro, intitulado “A viagem de FHC” e publicado em 28 de maio, o jornal afirma que a “deterioração da imagem do Planalto já alcança níveis internacionais” e critica o tamanho da comitiva presidencial na viagem à França – 110 pessoas – reforçando a necessidade de que “a autoridade máxima do país dê o exemplo da máxima austeridade”. Curiosamente, após um editorial que critica os custos da viagem, em 11 de setembro o editorial “Primeiros frutos” fala justamente dos benefícios da diplomacia presidencial ao afirmar que “mesmo os mais céticos e críticos poderão reconhecer que surgem alguns frutos, espera-se que os primeiros, do que se afigura como uma vigorosa política externa”.

Nos anos seguintes, porém, a Folha de S. Paulo assume definitivamente a postura crítica que vai nortear suas análises sobre a diplomacia presidencial até o fim do mandato de Cardoso. O novo tom pode ser medido no editorial “Estado sem razão”, de 5 de janeiro de 1997, que em muitos momentos se contrapõe à euforia com que a própria Folha exaltou a atuação externa de Cardoso nos primeiros anos. Sobre essa atuação ter sido bem-sucedida o texto pergunta “bem-sucedida em quê, afinal?” e também “além da embocadura cosmopolita, quem seria capaz de dizer qual é a política externa brasileira hoje?”, para terminar afirmando que

“há um hiato, um déficit entre os sucessos pessoais do presidente-diplomata e os da sua diplomacia cujas diretrizes, se as há, não formam uma doutrina visível ou previsível. Num mundo globalizado em que é cada vez mais difícil saber quais são as razões de Estado, Fernando Henrique Cardoso brilha, mas o Brasil lá fora parece ter cada vez menos razão.”

Assim, fica marcada a mudança de posicionamento da Folha de S. Paulo em relação à diplomacia presidencial, da mesma forma que antes o Globo foi apontado como tendo mantido seu tom favorável e o enquadramento oficial até o fim do período Cardoso. Entretanto, essa breve exposição mostra apenas a maneira como os dois jornais trataram especificamente do tema “diplomacia presidencial”. A seguir, será feita a análise dos enquadramentos aplicados pelos veículos para analisar a política externa brasileira nos momentos em que o presidente fez uso dessa ferramenta. Os eventos abordados pelos jornais são

bastante semelhantes – encontros de cúpula – mas as escolhas e ênfases variam bastante. Identificar e analisar essas diferenças ajudará a entender melhor a relação entre imprensa, Executivo e opinião pública em assuntos de política externa brasileira.

4.1.1. Cara e coroa

É comum em viagens presidenciais que o mandatário aproveite a atenção da imprensa e seu afastamento do ambiente político doméstico para mandar “recados” a indivíduos e grupos que ficaram em casa. Assim também faz a imprensa, que não raro utiliza as viagens como gancho para tratar de temas que envolvem política interna ou, o que interessa mais a esta pesquisa, olham a atuação externa do presidente pelo lado de dentro, ou seja, refletindo-a nos problemas internos do país. Num só editorial ou coluna, apresentam-se os dois lados do mesmo presidente, interno e externo, cara e coroa.

Esse enquadramento foi utilizado nove vezes pela Folha de S. Paulo e três vezes pelo Globo no período Cardoso. Na Folha, foram dois editoriais e seis colunas. No Globo, duas colunas de Márcio Moreira Alves e uma de Elio Gaspari. Como se percebe, há uma tendência a que esse tipo de enquadramento seja feito por colunistas, especialmente porque têm por ofício analisar a política doméstica e porque estão no Congresso e no Planalto, menos que no Itamaraty, suas principais fontes de informação.

Uma abordagem comum no enquadramento cara e coroa é a comparação da atuação e da popularidade interna e externa do presidente. Um bom exemplo é a coluna “A poção mágica”, de Márcio Moreira Alves, publicada no Globo em 8 de fevereiro de 1997. Nela, o colunista compara Cardoso ao personagem principal do romance “O médico e o monstro”, de Robert Louis Stevenson, e afirma, com certa ironia: “Quando toma a poção do Dr. Jekyll, Fernando Henrique transforma-se no Serjão¹³⁶.”

Outro exemplo dessa abordagem são duas colunas publicadas na Folha com títulos quase idênticos: “Gorbatchov brasileiro?”, de Gilberto Dimenstein,

¹³⁶ O ex-ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que ficou marcado durante o primeiro mandato de Cardoso por seu estilo político direto e confrontador, por vezes, truculento.

publicada em 21 de abril de 1995; e “O Gorbatchov brasileiro”, por Clóvis Rossi, de 1º de junho de 2000. Acompanhando a viagem de Cardoso aos Estados Unidos, Dimenstein afirma que

“(d)os encontros com intelectuais, diplomatas, empresários e jornalistas americanos, Fernando Henrique Cardoso tem recolhido impressões positivas. (...) No estilo Gorbatchov, ele consegue se comunicar melhor em inglês com platéias de exigentes intelectuais do que em português em seu próprio país. Ele não consegue transmitir no Brasil, especialmente nas camadas populares, a imagem de que conduz uma alternativa para elevar o padrão de vida e garantir estabilidade.”

Clovis Rossi vai adiante na tentativa de explicar a comparação de Cardoso com o líder soviético ao dizer que

“FHC seria uma espécie de Gorbatchov brasileiro, popular no exterior, impopular internamente. Se a comparação é pertinente, talvez se deva ao fato de que o FHC ‘for export’ é mais social-democrata – e, como tal, mais sensível à questão social – do que o FHC do consumo interno. Tome-se o exemplo do discurso de ontem em Hannover (...). Seria um discurso que inúmeros setores da esquerda aplaudiriam, não fosse o fato de que a esquerda toda acha que FHC diz uma coisa e faz outra, inclusive em termos do papel do Estado brasileiro na globalização e na inclusão social.”

No período Cardoso, parece crescente entre os colonistas a impressão de que o presidente teria invertido a lógica da diplomacia presidencial. Se antes as conquistas do Plano Real e das reformas precisavam ser “vendidas” aos países do primeiro mundo, o passar dos anos teria revelado uma propensão do presidente a usar essa boa recepção na Europa e nos Estados Unidos para encobrir deficiências internas. Uma primeira observação nesse sentido está no editorial “Investindo no exterior”, publicado pela Folha em 17 de fevereiro de 1997, no qual o jornal afirma ser “inegável que Fernando Henrique Cardoso tem conseguido transformar os esforços de política externa do chefe de Estado em benefícios internos para o chefe de governo”.

Fernando Rodrigues acompanha esse enquadramento para criticar a participação de Cardoso na Assembléia Geral da ONU. No artigo “FHC, a ONU e a realidade”, publicado na Folha em 28 de junho de 1997, o jornalista afirma que “(o) sucesso do presidente brasileiro foi, na realidade, a vitória do marketing interno. Nada mais.”. Também Elio Gaspari serve-se desse enquadramento no artigo “Quem produz a pobreza é a anta”, de 11 de outubro de 2000, no qual

crítica o contraste entre os discursos de Cardoso no exterior e a política que adota internamente:

“Talvez Pindorama melhorasse bastante se o presidente do Brasil passasse seis meses na Europa, outros seis nos Estados Unidos e o carnaval no Rio de Janeiro. Dá gosto ver a figura de FFHH ao lado da rainha Beatrix da Holanda, que herdou da mãe o título de uma das dez mulheres mais mal vestidas do mundo. Dá gosto também ouvi-lo dizer que o número de pobres aumentou por causa da ‘crise do ano passado’(...)”

Com certa ironia e um pouco de acidez, Gaspari aponta no trecho acima o que ele julga ser exibicionismo de Cardoso em suas viagens à Europa. A referência é parte da receita “muita pompa, poucos resultados” que alguns colunistas e editoriais passaram a atribuir à diplomacia presidencial após o segundo ano de mandato de Cardoso.

A percepção de escassez de resultados no plano externo sem que a atividade presidencial trouxesse benefícios para o país e seus problemas internos é o grande ponto de tensão entre o Itamaraty e a imprensa no uso do enquadramento cara e coroa. A visão da chancelaria era que os resultados da diplomacia presidencial só são sentidos tempos depois da viagem; que a visita de mandatários tende a acelerar processos e melhorar o ambiente das relações entre os países; e que a percepção de um certo exibicionismo de Cardoso estaria relacionada à sua capacidade e disposição de comandar a diplomacia do país, em contraste com o relativo afastamento dos presidentes que o antecederam. No entanto, o enquadramento cara e coroa tende a minimizar esses pontos e focar a percepção mais comum na sociedade, de que as viagens do presidente rendem boas imagens, mas não ajudam o país a resolver questões como desenvolvimento econômico, desemprego, saúde e educação. Mais ainda, o sucesso de Cardoso para suas platéias no exterior estaria ligado justamente ao fato de o presidente apresentar um país não condizente com a realidade interna.

O uso do enquadramento cara e coroa, portanto, tende a situar em lados opostos a visão do Itamaraty e a da imprensa. A chancelaria, em geral, participa desse debate desqualificando o próprio enquadramento, situando os colunistas no grupo dos que desconhecem os meandros da diplomacia ou, como é a opinião de Danese, atribuindo o enquadramento a “uma visão falaciosa, que não resiste a

qualquer análise, mas que tem *lead*".¹³⁷ Ou seja, desperta o interesse do público embora abandone o nobre dever de informá-lo corretamente. Do ponto de vista da imprensa, porém, esse enquadramento é uma ferramenta legítima para se entrar no debate dos objetivos da política externa brasileira. Não haveria problema em o presidente se comportar de uma forma dentro do Brasil e de outra fora, desde que o beneficiário dessa dupla face do mandatário fosse o próprio país.

4.1.2. Diário do Príncipe

Como substantivo na língua portuguesa, a palavra “diário” tem duas acepções básicas: caderno de anotações onde se narra acontecimentos cotidianos, como os diários de adolescentes, viajantes, capitães de navio; e jornais de circulação diária. A escolha desse nome para designar um tipo de enquadramento da imprensa durante o período Cardoso se remete a ambos os sentidos.

No primeiro caso, ela se justifica porque o enquadramento se refere à prática de editoriais e colunas de descrever com detalhes o dia-a-dia do presidente no exterior, prestando-se ao registro de suas atividades assim como faz a cobertura jornalística convencional, mas acrescentando ao texto a dose de comentário que os artigos de opinião podem ter. No segundo caso, porque esse tipo de enquadramento tende a transmitir aos leitores o discurso oficial sem muita apreciação crítica, o que dá a impressão de apoio à atuação externa do presidente. Assim, os diários do Príncipe poderiam ser lidos como os jornais de Cardoso, a imprensa oficial. Há nuances e questões em ambos os casos, que serão examinados adiante. Contudo, pode-se definir o enquadramento diário do Príncipe como aquele em que o conteúdo valorizado são as próprias atividades do presidente no exterior, suas declarações e a reação dos interlocutores; em que as opiniões são geralmente emitidas para contextualizar essas mesmas atividades; e nos quais o acompanhamento da agenda presidencial e a freqüente presença *in loco* do colunista favorecem uma abordagem bem próxima do discurso oficial.

O enquadramento diário do Príncipe foi bastante utilizado pela imprensa na cobertura da diplomacia presidencial durante o período Cardoso. A Folha de S. Paulo publicou quatro editoriais e sete colunas – sendo seis de Clovis Rossi – que

¹³⁷ DANESE, 1999, p. 46.

o utilizavam. Já o Globo teve dois editoriais e seis colunas – quatro de Márcio Moreira Alves – que se encaixam na descrição do enquadramento.

Poucos textos podem exemplificar melhor o diário do Príncipe que o artigo “Olho no olho”, de Mirian Leitão, publicado no Globo de 11 de outubro de 1995, sobre o encontro de Cardoso com Bill Clinton. A narrativa chega à minúcia das falas de cada presidente em momentos reservados e, nos primeiros parágrafos, parece um romance:

“‘Agora, Clinton e eu vamos conversar um pouco’, disse Fernando Henrique ontem de manhã no Planalto. E os dois saíram da sala onde tinham conversado, durante longo tempo na presença das equipes dos dois governos e foram, sozinhos, para o gabinete do presidente. Ficaram lá por 25 minutos. Com suas burocracias, eles se reuniram num grupo menor e depois num grupo maior e não houve surpresas: Alca e Mercosul foram os temas.

“– É falsa a percepção de que nós somos contra o Mercosul. Nossos negócios com cada país aumentaram depois da criação do bloco – disse Clinton.

“Na entrevista coletiva ele reafirmou esta idéia. Na reunião menor, onde estavam quatro representantes de cada lado, tocou-se no assunto da Alca, e o presidente pediu ao ministro Luiz Felipe Lampreia que explicasse a posição brasileira.

“– O Brasil, evidentemente, não pode ser contra um acordo que dará um acesso preferencial ao maior mercado do mundo, ao mais dinâmico. Mas queremos ter certeza de que isto não vai ter um preço excessivo para a nossa indústria – disse o ministro.”

Desconsiderando a hipótese de que esse tipo de apresentação se deva a uma inclinação incontida da jornalista pela literatura, a utilização desse tipo de enquadramento de maneira tão acentuada pode ser explicada pelo fato de ele demonstrar o quão bem informado se está sobre um determinado acontecimento. Nesse caso, o encontro entre os presidentes Cardoso e Clinton. Ele aponta para duas possibilidades que são indicativas do prestígio de que desfrutaria a colunista: ou Mirian Leitão estava presente ao encontro, ou tem entre suas fontes de informação um membro do alto escalão que lá estava. Talvez o ministro Lampreia. Quem sabe, o próprio Cardoso.

A presença do colunista nas atividades da diplomacia presidencial tende a ser uma razão para o uso do enquadramento diário do Príncipe. Foi assim em dois dos quatro textos de Márcio Moreira Alves selecionados. No caso de Clovis Rossi, cinco dos seis textos em que usa esse enquadramento foram escritos em ocasiões em que ele acompanhou a comitiva de Cardoso à Europa ou a vizinhos sul-americanos. Os colunistas tendem a tirar proveito da atenção especial que

geralmente recebem da burocracia – por terem mais prestígio e influência que os repórteres – para publicarem informações que são exclusivas porque só as tem quem consegue presenciar os encontros do presidente. Essas informações passam à coluna quase como puras narrativas, reservando ao leitor o privilégio de saber detalhes das atividades presidenciais, ainda que sejam mera decoração, sem caráter analítico ou exame crítico. É o caso da coluna “A viagem de FHC”, de Clóvis Rossi, publicada na Folha de S. Paulo em 21 de maio de 2002, da qual se extrai o trecho a seguir:

“Esse Fernando Henrique Cardoso que se despediu ontem da Itália confessa que só ‘de vez em quando’ se dedicou, durante a viagem de uma semana, ‘a saber como é que estão as coisas do governo no Brasil’. Saboreia mais os elogios que colhe em suas viagens. Como o do presidente italiano, Carlo Azeglio Ciampi, que ontem disse que FHC legará ‘um Brasil mais forte em democracia e mais sólido em economia’. Ou como o do cardeal Angelo Soldano, secretário de Estado do Vaticano (uma espécie de ministro do Exterior do papado), que, no relato de FHC, demonstrou, também ontem, ‘um encorajamento pelo que o governo fez no Brasil nos últimos anos’.”

Entretanto, o fato de o enquadramento diário do Príncipe ter conteúdo basicamente descritivo e narrativo pode assemelhar editoriais e colunas às reportagens convencionais que dão conta da cobertura de viagens presidenciais, mas não os iguala. E a diferença não está apenas na exclusividade das informações, que em geral sequer se aplica aos editoriais e também pode estar presente nas reportagens. Mesmo sendo bastante narrativos, colunas e editoriais com esse enquadramento conservam sua característica de ir além da notícia, refletindo opiniões e explicando os temas a partir de determinados pontos de vista. Eles vão, portanto, algo além da primeira acepção da palavra “diário”.

A questão, porém, é que ao ultrapassar os limites da primeira acepção, os textos opinativos dos veículos analisados tendem a se aproximar bastante da segunda. Quando saem da mera narrativa para expressar uma opinião, esta opinião tende a ser a versão oficial do fato, a explicação que agrada a chancelaria e que, na maior parte das vezes, foi dada por ela.

Uma análise quantitativa dos textos selecionados reflete essa tendência. Dos 19 editoriais e colunas que utilizaram o enquadramento diário do Príncipe no período Cardoso, nenhum era crítico em relação ao Executivo ou à política externa brasileira. Dos 11 publicados na Folha de S. Paulo, cinco eram

nitidamente favoráveis e seis, neutros. No Globo, dos oito publicados, sete eram neutros e um, favorável.

Um exemplo da neutralidade analítica e, ao mesmo tempo, com uma visão oficial dos fatos é o texto “As estacas de FHC”, de Clóvis Rossi, publicado na Folha em 22 de abril de 2001, por ocasião da abertura da 3ª Cúpula das Américas:

“o presidente usou a palavra ‘indesejável’ para qualificar a Alca se ela não for construída com respeito a um punhado de exigências brasileiras. As exigências não são novas. (...) Mas nunca uma autoridade brasileira chegara a dizer que, sem o atendimento delas, a Alca seria ‘indesejável’. É sintomático que, quando FHC terminou o discurso, um só de seus pares se levantou do lugar (distante) para cumprimentá-lo. Foi o venezuelano Hugo Chávez, que é certamente o mandatário das Américas que menos se enquadra no figurino do bom-mocismo exigido pelo pensamento hegemônico.”

Na coluna de Rossi, a informação sobre o ineditismo da palavra “indesejável” no discurso de autoridades brasileiras vem, provavelmente, de uma de suas fontes no Itamaraty, já que o colunista não é um analista de política externa brasileira na condição de tecer observações sobre minúcias textuais típicas do ofício da diplomacia. Com a informação, vem também a interpretação que a chancelaria dá à mudança de postura do Brasil – mudança, aos olhos oficiais – que se torna o enfoque da coluna. A menção a Chávez é parte do que Rossi observa e qualifica por si só, mas só faz sentido dentro de um texto já enquadrado pela versão oficial.

Outro exemplo de enquadramento diário do Príncipe que alia descrição à abordagem oficial do fato é o editorial “O trunfo da paz”, publicado pelo Globo em 30 de outubro de 1998, por ocasião da assinatura do acordo de paz entre Peru e Equador. O próprio título já reflete uma posição que é recorrente no discurso do Itamaraty: a de que o Brasil – e o momento descrito na coluna estende a observação à América do Sul – tem como trunfo em sua relação com os outros Estados o fato de ser um país pacífico e promotor da paz na região. Sem analisar que tipo de vantagem esse dito trunfo pode trazer, o Globo diz sobre o encontro de presidentes:

“Como bem observou o presidente Fujimori, no fim das contas só os uniformes distinguem os soldados peruanos dos equatorianos. Os rostos são os mesmos, as feições iguais. O acordo assinado esta semana em Brasília mostrou mais uma vez que a diplomacia é capaz de resolver qualquer divergência na América do Sul. (...)”

Fernando Henrique chamou a atenção, oportunamente, para um aspecto que não deveria passar despercebido. Disse ele que ‘Peru e Equador demonstraram a todo o mundo que a América do Sul se distingue por ser uma região de paz’. De imediato, o acordo beneficia principalmente os dois litigantes, que além de economizar com efetivos militares vão receber ajuda internacional para obras de desenvolvimento. Mas todo o continente sai com sua imagem fortalecida.”

Utilizar um enquadramento que valoriza o ponto de vista da chancelaria não significa obrigatoriamente, como será mais bem explicitado adiante, ser favorável a essa visão. Entretanto, nos 19 textos selecionados no período Cardoso, o mais perto que se chega de uma visão crítica da atuação externa do presidente num enquadramento diário do Príncipe é a ironia com que Márcio Moreira Alves trata os passos de Cardoso no exterior. São bons exemplos a conclusão da coluna “Vive la France”, de 1º de novembro de 2001, em que Moreira Alves narra, sobre Cardoso, “E, erguendo os braços como De Gaulle fazia, bradou: ‘Vive la France!’ Uma apoteose.”; e também o primeiro parágrafo de “Notas inglesas”, publicada no Globo em 6 de dezembro de 1997:

“Nosso Mulatinho Caipira, quem diria, hein? Fazendo um sucesso danado lá na terra dos lordes, dizendo que fizeram muito mal de vender quase tudo o que tinham por estas bandas, até mesmo o ouro de Morro Velho, que é hoje do Julinho Bozano, a Brazil Warrant, que tinha quase o monopólio do café e o dr. Walter comprou, e a São Paulo Railways, que o Mário Covas pôs à venda. Disse que está na hora de comprar tudo de volta e foi aplaudido.”

Se a ironia não vem acompanhada de críticas, ela pode divertir os leitores e ajudar a moldar o estilo do colunista, mas não evita que a viagem seja vista pelo público leitor do jornal tal como o Itamaraty a explica – “a viagem era de propaganda”, diz Moreira Alves na coluna acima citada.

Em geral, portanto, o enquadramento diário do Príncipe tende a fazer dos jornais um espelho do discurso do Executivo. Essa tendência tem um peso significativo na análise sobre o papel autônomo da imprensa como ator na formulação da política externa brasileira. Nas seções seguintes, as contribuições de cada enquadramento serão reunidas para se entender o comportamento da mídia impressa no período Cardoso. O próximo a ser analisado, que tem relação com o diário do Príncipe, é o chamado *briefing*.

4.1.3. 'Briefing'

A prática é habitual no Palácio do Planalto, como em muitos centros de poder mundo afora. Quase diariamente, pela manhã, o porta-voz da presidência reúne os repórteres que cobrem o cotidiano do presidente para transmitir a agenda, informar sobre decisões recentes e responder a perguntas sobre as mais diversas questões. Os jornalistas ficam sabendo dos compromissos do chefe do Executivo, seus objetivos, e a posição oficial do Governo sobre os assuntos que estão em pauta no momento. A esses encontros, geralmente acompanhados de um breve resumo impresso dos principais pontos apresentados pelo porta-voz, dá-se o nome de *briefing* de imprensa.

É pela semelhança entre a apresentação oficial e o tratamento dado pelos veículos impressos a certos conteúdos – com conseqüências que veremos a seguir – que esta pesquisa chamará de *briefing* o enquadramento examinado neste item. Ele se refere a um tipo de enfoque e construção de texto em editoriais e colunas que, em linhas gerais, valorizam um de três aspectos da diplomacia presidencial: a agenda dos encontros, a apresentação do país visitado ou o estado momentâneo da relação entre o Brasil e o país em questão.

O *briefing* é, em certo sentido, um diário do Príncipe anterior ao encontro. Com raras exceções, a tendência é que os textos que utilizam esse enquadramento reflitam a visão oficial da atividade diplomática presidencial, apresentando os objetivos e procedimentos protocolares das visitas de forma semelhante à feita pelo porta-voz dias antes da viagem. Isso ocorre, sobretudo, nos primeiros parágrafos dos editoriais, como em “Situação agradável”, publicado pela Folha de S. Paulo em 11 de setembro de 1995, que bem poderia ter sido tirado da introdução de um comunicado do Itamaraty:

“O presidente Fernando Henrique Cardoso inicia na quarta-feira a segunda viagem mais importante de seu período presidencial. A primeira foi aos Estados Unidos, que, por motivos óbvios, é sempre o principal ponto de referência no planeta. Agora, FHC vai a Bruxelas, que, cada vez mais, se consolida como capital de uma Europa em processo de unificação, e à Alemanha, um dos principais parceiros do Brasil, seja em matéria de trocas comerciais, seja em investimentos diretos.”

O predomínio da visão oficial não torna os textos obrigatoriamente favoráveis ao Executivo. Há exemplos de críticas à política externa feitas em

colunas e editoriais com o enquadramento em questão. É o caso de “Encontro inoportuno”, da Folha de S. Paulo de 18 de fevereiro de 1995, no qual o jornal não aponta qualquer outra razão para o encontro de presidentes que não aquela proposta pelo Executivo, embora não seja favorável à posição adotada pela chancelaria, como fica claro na seqüência do texto:

“Pretende-se discutir os parâmetros da política cambial dos dois países e o comportamento dos mercados de valores nos dois países. Ainda que se reconheça que os vínculos do Mercosul determinam uma aproximação natural entre os dois países — o que é desejável —, não é prudente nem realista ignorar o delicado momento conjuntural em que se encontra a Argentina. (...) A bombástica reunião dos governos do Brasil e Argentina (...) só vem piorar o impacto externo sobre o mercado nacional na hipótese de uma crise no país vizinho. É natural que, em dificuldades, a Argentina deseje emprestar credibilidade do Brasil. No entanto, o governo brasileiro, infelizmente, avalia mal se considera que tem esse artigo de sobra.”

Nesse caso, o editorialista faz no jornal as mesmas questões que faz (ou faria) à fonte oficial da informação. Os leitores têm acesso a um texto que reflete um diálogo ocorrido anteriormente (ou fictício, se a fonte da informação não foi um membro do Executivo mas uma fonte secundária), com doses variáveis de divergência e prescrição. Portanto, o enquadramento *briefing* não é sempre favorável, embora se caracterize justamente por refletir os argumentos oficiais sobre um determinado tema, ora corroborando-os, ora pondo-os em questão.

Se o enquadramento *briefing* não diz muito sobre o posicionamento tomado por veículos e colunistas acerca da política do Executivo, ele é particularmente revelador sobre as fontes utilizadas pelos jornalistas. O fato de ter sido esse o enquadramento mais usado pelos jornais no universo de textos pesquisados já aponta para o predomínio das fontes oficiais como origem das informações sobre política externa nos veículos impressos brasileiros. Na Folha de S. Paulo, o enquadramento em questão foi utilizado em 19 dos 86 textos selecionados, o que corresponde a cerca de 22% deles. No Globo, foram 12 dos 35 textos selecionados, ou cerca de 34%.

Outro dado quantitativo revelador sobre o *briefing* é que ele foi muito mais utilizado no segundo mandato de Cardoso, se comparado ao primeiro. Na Folha, 13 dos 19 textos foram publicados a partir de 1999, cerca de 68%. No Globo, oito dos 12 selecionados, ou cerca de 66%. A concentração desse enquadramento no segundo mandato de Cardoso vem ao encontro da hipótese de que existe um

predomínio das fontes oficiais nas informações à imprensa sobre política externa brasileira, pois evidencia um crescente estreitamento da relação entre colunistas e a burocracia. Depois de quatro anos de cobertura de um governo, e ao longo dos outros quatro que vieram em seguida, é natural que os jornalistas em Brasília aprofundem sua relação com as fontes, ganhem credibilidade com elas e, em função disso, mais informação. Tendo mais canais de acesso ao Executivo, o colunista tende a recorrer menos a outras fontes.

Logo, embora editoriais e colunas – como já foi explicado anteriormente – tenham cada vez mais a possibilidade de buscar fontes alternativas de informação, a análise dos enquadramentos revela que o enfoque oficial dos fatos continua a ser o mais empregado, mesmo quando o colunista discorda da postura do governo brasileiro. O melhor exemplo disso talvez seja Márcio Moreira Alves. Ele foi responsável por metade dos textos publicados no jornal O Globo utilizando o enquadramento *briefing*, quase sempre irônico, às vezes crítico, mas em todas as vezes analisando os fatos a partir das informações transmitidas pelas fontes oficiais.¹³⁸ É o que fica claro na coluna “Visita de luxo”, de 31 de outubro de 1997, que mistura trechos nitidamente oficiais – alguns em tom explicativo – a outros de fina ironia, mas corroborando o enfoque dado pela chancelaria à viagem:

A viagem à Inglaterra que começa amanhã tem a selecionada classificação de visita de Estado. Visita de Estado quer dizer que será um dos dois convites que a rainha Elizabeth II faz a chefes de Estado a cada ano, com anúncio prévio ao Parlamento. (...) A visita de Fernando Henrique terá todas as galas, cerimônias e homenagens que o seu ego possa ter sonhado, mais uma pesada carga de trabalho prático. Londres é o segundo maior centro financeiro do mundo e os seus bancos de investimento especializaram-se em privatizações, depois que Margaret Thatcher lançou a moda. (...) As conversas que ocorrerão nos encontros presidenciais com os representantes das 20 principais instituições financeiras da City e, em outro dia, com um grupo de 250 a 300 empresários, comerciantes e industriais, poderão ser proveitosas. A importância de novos investimentos cresce num momento de brutal ataque ao real, que ainda deve continuar.

¹³⁸ Sobre a relação de Márcio Moreira Alves com as fontes oficiais em assuntos de política externa, ele mesmo escreveu em sua coluna, no dia 21 de junho de 2001: “A melhor coisa que pode acontecer a um repórter interessado em política externa é ser convidado para um almoço formal do Itamaraty e o almoço atrasar. O atraso permite que se converse à vontade com os diplomatas da cúpula do Ministério das Relações Exteriores com a franqueza que diplomatas são capazes de ter, nem sempre muita.”

Na mesma coluna, em um trecho mais adiante, um comentário que poderia ser considerado irônico em relação a um suposto egocentrismo do presidente é, de um outro ponto de vista, idêntico ao tipo de instrução transmitida pela assessoria de imprensa do Planalto aos jornalistas que cobrem as viagens presidenciais, talvez com a simples substituição de “belas” por “boas”: “A cerimônia de entrega do título de doutor *honoris causa* na Universidade de Cambridge, onde Fernando Henrique foi professor visitante, dará belas imagens para a TV, que não poderá filmar os jantares de gala.”

A seguir, examinaremos o último dos principais enquadramentos utilizados pelos dois veículos no período selecionado: liderança. Do ponto de vista da chancelaria, ele é o oposto do *briefing*. Por não refletir o discurso oficial, é constantemente criticado pelo Itamaraty, o que ajuda a revelar momentos em que a posição adotada pela imprensa difere da oficial e as conseqüências desse afastamento para a análise do papel da imprensa como ator na formulação da política externa brasileira.

4.1.4. Liderança

Como já foi discutido no capítulo anterior, o uso da diplomacia presidencial por Cardoso foi muitas vezes interpretado como intenção de firmar o Brasil como líder na América do Sul. Apesar de rechaçada pela chancelaria, essa interpretação esteve presente nos editoriais e colunas analisados durante a maior parte dos dois mandatos do presidente. Entretanto, o uso da liderança como enquadramento pelos jornais não foi feito sempre da mesma maneira, e as diferenças que serão apresentadas a seguir dão margem a importantes conclusões sobre a relação entre a imprensa e o Itamaraty no período analisado.

Primeiramente, é notável a diferença quantitativa entre os editoriais e colunas publicados na Folha de S. Paulo e no Globo com esse enquadramento. Enquanto o diário paulista forneceu 12 exemplos da interpretação de liderança às ações de Cardoso em política externa, o carioca trouxe apenas uma. E mesmo assim, de forma indireta, como será apresentado a seguir. Antes, a análise enfocará o conteúdo da Folha, que traz algumas observações úteis a esta pesquisa.

Os textos selecionados da Folha de S. Paulo são quatro editoriais e oito colunas, sendo três de Clóvis Rossi, três de Eliane Castanhêde, uma de Fernando Rodrigues e uma de Marta Salomon. A distribuição dos artigos ao longo dos anos mostra que os colunistas foram os primeiros a associar a diplomacia presidencial a uma intenção de liderança brasileira no subcontinente, já no primeiro ano de governo Cardoso. Os quatro editoriais selecionados foram todos publicados a partir de 2000.

Inicialmente, as afirmações da liderança regional brasileira eram sempre atribuídas a uma terceira pessoa. Clóvis Rossi cita o chanceler alemão Helmut Kohl para dizer que “o Brasil assume (na América Latina) papel central”¹³⁹; e Fernando Rodrigues recorre a Bill Clinton, para quem Cardoso seria “o grande líder da América Latina”.¹⁴⁰ A partir do ano 2000, porém, o uso que a Folha faz da liderança regional sofre grande mudança. A intenção de ser líder na América do Sul passa a ser utilizada nos editoriais e colunas como um projeto da chancelaria e/ou do presidente e serve de parâmetro até para que as decisões e posturas do Itamaraty sejam criticadas. É o que se vê no editorial “Mercosul no Chile”, de 13 de julho de 2000, quando a Folha afirma que “a diplomacia brasileira, em momentos de crise de suas ambições de liderança regional, anuncia metas ainda mais ousadas, em geral à custa de concessões do lado brasileiro”; ou ainda em “À la Fujimori”, de 19 de setembro de 2000, quando o jornal paulista escreveu:

“A situação no Peru tem sido um desafio para a liderança que o Brasil busca desempenhar na América do Sul. A lógica que orienta o Itamaraty é a de consolidar um bloco regional, que presumivelmente teria condições de negociar em posição mais forte com os EUA uma zona de livre comércio nas Américas. Essa idéia é legítima e faz sentido. Resta saber até que ponto ela deve orientar as ações da diplomacia brasileira.”

Como se vê, a Folha de S. Paulo, a partir do segundo mandato de Cardoso, não só reconhece a pretensão de liderança brasileira como atribui ao Itamaraty um projeto nesse sentido, sobre o qual o jornal questiona custos e benefícios. Essa postura contrasta diretamente com a adotada pelo Globo no período. Como já foi dito, o diário carioca fez, durante os oito anos, apenas uma referência em editoriais à diplomacia presidencial como meio de construir ou ampliar a liderança

¹³⁹ ROSSI, C. “Vencidos e vencedores”. Folha de S. Paulo, Opinião, 20 de setembro de 1995.

¹⁴⁰ RODRIGUES, F. “Japão e CPI”. Folha de S. Paulo, Opinião, 16 de março de 1996.

brasileira na América do Sul. Ainda assim, a referência é indireta, por meio do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, por ocasião da assinatura da adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e da ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. O trecho está em “Língua comum”, editorial do dia 17 de julho de 1998, e diz:

“Essa profissão de fé na cultura da paz credencia o Brasil, de saída, como candidato a lugar de peso num Conselho de Segurança reestruturado. (...) Embora sem tomar partido claramente na questão da candidatura, o secretário-geral foi pródigo em elogios ao papel de liderança já assumido pelo Brasil. (...) lembrando a contribuição brasileira na pacificação de Angola e na disputa de fronteiras entre Peru e Equador.”

No restante do período, o jornal O Globo silenciou a respeito de qualquer intenção brasileira de liderança no subcontinente. Esse detalhe, ainda que contrastando intensamente com a posição da Folha de S. Paulo, poderia ser mera opção por outros enquadramentos não fosse o fato de a postura adotada pelo Globo ser a mesma defendida pela chancelaria durante os dois mandatos de Cardoso. Enquanto uma análise do conteúdo da Folha com esse enquadramento permite dizer que ela acompanha a noção já apresentada no capítulo anterior, de que pode haver uma relação direta entre a diplomacia presidencial afirmativa e a construção de liderança, o Globo transmite a seus leitores um discurso em consonância com o oficial. Se no enquadramento *briefing* os editoriais e colunas se apropriavam da versão oficial das viagens do presidente, ainda que em tom crítico, aqui o que prevalece é a ausência de referência por parte de um dos maiores veículos de informação do país. Nesse caso, enquanto a Folha debate com o Itamaraty, o Globo acompanha a versão oficial e diz o mesmo que a chancelaria diria, caso não fosse provocada: nada.

Terminada a análise dos enquadramentos mais utilizados pelos dois veículos para abordar a diplomacia presidencial de Cardoso, as próximas seções tentarão traçar um perfil de comportamento da imprensa em relação ao Itamaraty nos oito anos analisados. Serão postas em discussão as proposições teóricas sobre o papel da imprensa na formulação da política externa, tendo por base os editoriais e colunas selecionados. O intuito é evidenciar elementos como visão crítica e

divergência em relação ao discurso oficial, bem como identificar com quem e em que termos dialoga a imprensa brasileira em assuntos de política externa.

4.2. Dupla via

Para tentar elucidar a maneira como a imprensa influencia a formulação da política externa, alguns trabalhos que aproveitam contribuições da Ciência Política e da Comunicação propõem um modelo de dupla via. Em relação à sociedade, os veículos de comunicação utilizariam seu poder de filtro e motivariam – nem sempre voluntariamente – o debate sobre determinados temas, alterando o nível de atenção do público a esses temas e aumentando, por conseguinte, a pressão dos grupos domésticos sobre o governo. Em relação ao Executivo ou às elites governantes, a imprensa seria um ator com autonomia para dialogar e criticar políticas oficiais, sendo reconhecida pelos formuladores de política externa como um interlocutor relevante.

Formadores de opinião como colunistas e editorialistas assumem posição destacada no modelo de dupla via, pois têm mais liberdade para expressar seus pontos de vista, mais credibilidade e mais influência sobre a opinião dos leitores. São eles os jornalistas capazes de examinar criticamente o conteúdo da política e abrir o debate sobre seus resultados. Para que isso aconteça, é preciso que a imprensa tenha uma posição diferente da defendida pelo governo, que busque examinar as razões e as consequências das políticas implementadas a partir de diferentes pontos de vista, e que tenha argumentos distintos dos oficiais. O objetivo desta seção é expor o comportamento dos veículos de comunicação no período analisado e observar a recorrência desses fatores que fazem deles atores autônomos e os põem em posição de destaque no modelo da dupla via.

A análise dos textos selecionados permite dizer que o comportamento da grande imprensa no período Cardoso se encaixa no modelo da dupla via porque editoriais e colunas apresentam suas próprias visões da política externa brasileira em diálogo aberto com o Executivo ou voltados para a opinião pública, embora esse comportamento não seja constante. O posicionamento dos veículos, em geral, seguiu dois padrões: nos momentos de autonomia em relação ao Executivo, os

jornais foram capazes de examinar criticamente várias iniciativas do presidente e da chancelaria, às vezes de maneira prescritiva, confrontando-as com as estratégias de outros países ou com interesses de grupos domésticos. Esse comportamento pode ser classificado como *autonomia crítica*. Porém, em outros momentos, editoriais e colunas não usaram seu poder de agenda e sua prerrogativa de filtro das informações de forma autônoma, o que fez prevalecerem os enfoques e recortes difundidos pelo discurso oficial. Esse segundo padrão será chamado de *neutralidade oficial*.

Antes de se passar à análise de cada um dos padrões e de suas conseqüências para a dupla via, cabe ressaltar o contraste na recorrência de ambos nos veículos analisados. Durante os oito anos de governo Cardoso, a Folha de S. Paulo parece ter optado pela autonomia crítica como orientação na análise da política externa brasileira. A maior parte de seus editoriais e colunas dialoga abertamente com o Executivo, critica opções do Itamaraty ou defende interesses domésticos diferentes daqueles privilegiados pelos negociadores brasileiros. A neutralidade oficial aparece nos textos da Folha em número muito menor. Algumas vezes, como numa série de colunas de Clóvis Rossi entre 1997 e 2001, a visão oficial é transmitida e defendida com os mesmos argumentos da chancelaria, mas o colunista deixa claro que aquela é a política oficial, com a qual ele concordaria.

Já o Globo parece ter adotado a tendência de buscar a isenção em seus comentários sem, no entanto, recorrer a enquadramentos e enfoques distintos daqueles apresentados pelo Executivo. Salvo algumas colunas de Elio Gaspari e Márcio Moreira Alves, os editoriais refletiram a posição oficial brasileira utilizando um sutil mecanismo que será apresentado adiante. Algumas vezes os textos tiveram tom prescritivo, mas sem críticas e indicando como caminho aquele mesmo preferido pelo governo.

4.2.1. Autonomia crítica

A autonomia crítica é o padrão de comportamento aplicado à relação entre imprensa e Executivo no qual espera-se dos veículos de comunicação que

examinem criticamente as posições oficiais. Isso não significa, a princípio, que o jornal deva ser contrário à política implementada, mas que a compare às alternativas e procure expor aos leitores seus antecedentes e suas possíveis conseqüências. A idéia central envolvida nesse comportamento é o diálogo, que subentende a imprensa como um ator que fala de um lugar diferente daquele ocupado pelo Executivo e seja, por isso, capaz de manifestar uma visão distinta da realidade.

Esse posicionamento fica claro na Folha de S. Paulo já no primeiro editorial do jornal paulista sobre a diplomacia presidencial de Cardoso. O já citado “Reunião inoportuna”, em 18 de fevereiro de 1995, critica o segundo compromisso internacional da agenda do presidente recém-empossado:

“O encontro de dois dias entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e seus ministros com o presidente Carlos Menem e o primeiro escalão argentino, iniciado ontem, não parece ter ocorrido no momento mais oportuno. (...) vincular ainda mais a imagem de seu governo à de um país duramente afetado pela crise iniciada no México não parece ter sido uma boa opção. O tema em discussão torna ainda menos conveniente a reunião.”

No decorrer do texto, o tom crítico vai aumentando e a reunião dos presidentes, antes classificada como “inoportuna”, é chamada de “imprudente” e “bombástica”, pois “só vem piorar o impacto externo sobre o mercado nacional na hipótese de uma crise no país vizinho”. Na opinião da Folha, o governo brasileiro “avalia mal se considera que tem esse artigo (credibilidade) de sobra.” Fica claro no exame das posições do governo e do jornal que o Executivo explica a reunião em função de uma coordenação macroeconômica com vistas a ajudar o parceiro comercial e estratégico dentro do Mercosul. Já a Folha vê o encontro do ponto de vista dos investidores internacionais e enfatiza o efeito nocivo que a vinculação da imagem do Brasil à de uma Argentina em crise pode ter sobre a economia brasileira.

Ao longo do ano 1995, outros editoriais seguiram a mesma tendência, ora fazendo referência a “uma seqüência de trapalhadas diplomáticas”,¹⁴¹ ora criticando abertamente a política adotada pela chancelaria. No caso da visita de Cardoso à China, que coincidiu com a condenação pelo Estado chinês de um líder

¹⁴¹ “Si, si, como no”, Folha de S. Paulo, 17 de junho de 1995.

pró-democracia, o jornal contrasta o enfoque econômico que a chancelaria dá à viagem com o silêncio do Itamaraty sobre a questão de direitos humanos, tema geralmente caro à pauta diplomática brasileira:

“É compreensível que o governo brasileiro tenha o maior interesse em aproximar-se da China (...). Trata-se, afinal, de um megapaís e que se encontra em uma fase de crescimento explosivo. O que, por sua vez, abre enormes oportunidades de negócios para empresas brasileiras e (...) possibilidade de dividir custos com o lançamento de um satélite conjunto, motivo do que deve ser o principal acordo concreto a resultar da visita presidencial. Nada disso, no entanto, justifica o constrangedor silêncio das autoridades brasileiras sobre a condenação de Wei Jingsheng (...). Que o presidente se esquivasse a uma pergunta sobre o caso, ainda se poderia perdoar (...). Mas que a diplomacia brasileira fizesse silêncio, daí vai uma grande distância. É lamentável que eventuais interesses econômico-comerciais prevaleçam sobre princípios básicos, entre eles o respeito aos direitos humanos”.¹⁴²

Mais uma vez a Folha opta por um enquadramento diferente daquele pretendido pelo Executivo e, no próprio texto do editorial, expõe ambas as posições, classificando de “lamentável” a escolha feita pelo Itamaraty. Essa opção do jornal paulista, como já foi dito, manteve-se pouco alterada até o fim do governo Cardoso, o que o diferencia bastante do Globo na cobertura da diplomacia presidencial. O jornal carioca não expôs em seus editoriais pontos de vista contrários aos da chancelaria e só trouxe argumentos diferentes dos oficiais em textos de seus colonistas.

É o caso de “É melhor errar com FFHH que acertar com George II”, de Elio Gaspari, publicado em 4 de abril de 2001, no qual o colunista critica Cardoso como negociador internacional (“O encontro do FFHH com George II, dito W. Bush, foi um desastre. (...) Poucos presidentes descuraram do interesse de Pindorama como FFHH (...). FFHH achou que podia seduzir Bush. Deu-se mal.”) e expõe argumentos de empresários brasileiros sobre a Alca, entre eles: “pode ser um mau negócio para os prestadores de serviços de telefonia, ainda que possa ser atraente para os produtores de aço” e “uma zona de livre comércio entre o Brasil e os Estados Unidos pode tornar a indústria brasileira mais competitiva (ou) aniquilá-la”. Da mesma forma, Márcio Moreira Alves escreve sobre a Cimeira latino-americana e caribenha com a União Européia num tom oposto ao entusiasmo que O Globo demonstrou em relação ao evento, espelho do empenho

¹⁴² “Estranho silêncio”, Folha de S. Paulo, 15 de dezembro de 1995.

da chancelaria em promover a reunião. Para o colunista, a reunião era “simbólica”, pois as negociações dependeriam da Rodada do Milênio da OMC e de que “a União Européia mude sua política de subsídios (...) daqui a dois ou três anos”.¹⁴³ Logo, para Moreira Alves, ainda que o Itamaraty promovesse a Cimeira e a imprensa contribuísse para criar expectativas sobre o evento, “a parte econômica, que tem merecido maior destaque na imprensa, chegará a conclusões, se chegar, a partir de 2005”.

Um aspecto interessante da autonomia crítica é que, muitas vezes, ela vem acompanhada de prescrição, mas nem sempre prescrever ações em colunas e editoriais evidencia posicionamento distinto do oficial. A prescrição com autonomia ocorre em textos como “Indefinição externa”, publicado pela Folha de S. Paulo em 10 de outubro de 2000:

“Se FHC assumiu um tom mais enfático no combate à política de defesa comercial européia, o que é positivo, a questão de saber o que Brasil fará com a sua própria política tarifária ainda é uma incógnita. (...) O presidente questionou o caráter desenfreado e abrupto da abertura econômica nos anos Collor, dizendo que o Brasil não poderia repetir aquela experiência (...) Em outros momentos, ao contrário, o presidente da República manifestou-se claramente a favor de uma redução progressiva das tarifas brasileiras (...). Cabe traçar a política brasileira nesse setor estratégico para o desenvolvimento com bastante pragmatismo. (...) No cerne da questão está a necessidade de substituir importações e potencializar exportações, o que reduziria a dependência brasileira de financiamento externo. A essa preocupação, portanto, deveriam estar vinculadas, em boa parte, as decisões brasileiras sobre política tarifária.”

Por outro lado, entre os textos analisados, há inúmeros exemplos de momentos em que os veículos prescreviam ao governo a própria política oficial. Esse tipo de reafirmação de discurso aponta para uma situação próxima à que Robinson define como passividade da imprensa, quando o consenso das elites em relação a determinada política faz com que os veículos de comunicação não busquem uma posição autônoma e passem a referendar essa política.¹⁴⁴ É interessante, nesse sentido, comparar dois textos, um da Folha e outro do Globo, que refletem posições bastante semelhantes em relação à integração regional:

¹⁴³ “Sinalizações”, O Globo, 27 de junho de 1999.

¹⁴⁴ Cf. cap. 2, p. 33.

“Apesar do ranger de dentes dos protecionistas e dos receios dos sindicalistas, a integração regional é inevitável. (...) Mas, se a Alca é irreversível, o caminho até lá não é uma fatalidade. Nos próximos sete anos serão negociadas as regras da integração. Para o Brasil, a prioridade é dar continuidade à expansão do Mercosul, até transformá-lo numa Área de Livre Comércio Sul-Americana. (...) A adesão pode e deve ser negociada. Exige ganhar tempo para a coordenação das políticas cambiais, de juros e de tributos, hoje conflitantes no próprio Mercosul. Também é urgente, em especial no Brasil, ganhar competitividade, assim como concluir o processo de privatização da infra-estrutura e redução de custos de produção. O tempo da adesão unilateral e acelerada à liberalização já passou”.¹⁴⁵

“Poucos temas têm a importância das relações com a União Européia na agenda econômica do Brasil e do Mercosul. A médio e longo prazos, a estratégia brasileira poderia ser resumida a uma palavra: integração, em diferentes graus. Integração efetiva e aprofundada dentro do Mercosul, integração cada vez mais ampla com o resto da América Latina, integração com os grandes mercados do mundo. (...) É preciso apenas que a festa não seja apenas festa. Não há integração sem concessões recíprocas”.¹⁴⁶

Os dois editoriais refletem claramente a posição que a chancelaria brasileira adotou em relação à Alca e à União Européia no segundo mandato de Cardoso. Destacam-se nessa visão a irreversibilidade do processo de integração, a reciprocidade negociada para fazer da integração um processo mutuamente vantajoso, e a necessidade de preparar a economia brasileira para o impacto da abertura comercial a ser promovida pelos novos acordos. Em ambos, coincide a posição brasileira de fazer uma integração gradativa, privilegiando o Mercosul e negociando a partir dele, com ênfase na expansão do processo para a América do Sul. Nesse caso, se a imprensa tem o mesmo ponto de vista do governo, ela deixa de assumir um papel autônomo dentro da dinâmica política interna para servir de amplificador do discurso oficial, contribuindo para a formação de consenso na sociedade.

4.2.2.

Via direta: o Itamaraty responde à imprensa

A postura de autonomia crítica da imprensa em relação à chancelaria é uma condição a ser preenchida para que se possa observar a influência dos veículos impressos no debate doméstico de política externa. Entretanto, para que haja

¹⁴⁵ “A caminho de Santiago”, Folha de S. Paulo, 8 de abril de 1998.

¹⁴⁶ “Saber ceder”, O Globo, 9 de junho de 1999.

diálogo, é preciso que o governo responda às críticas recebidas. Como será exposto nesta seção, alguns editoriais e colunas de jornais publicados durante o período Cardoso fizeram com que representantes do alto escalão do Itamaraty se manifestassem publicamente, muitas vezes nos próprios jornais, para refutar ou esclarecer interpretações e observações feitas pela imprensa.

Diversos estudos ressaltam o interesse dos governantes e dos altos funcionários estatais pelo conteúdo da cobertura de imprensa em função do impacto que as opiniões de colunistas e editoriais podem ter sobre a opinião pública e sobre grupos de interesse domésticos.¹⁴⁷ O caso brasileiro não é diferente. É extremamente difundido entre os principais representantes dos três poderes o serviço de assessoria de comunicação, responsável, entre outras coisas, pelo *clipping* diário com as notícias e colunas mais relevantes dos principais veículos de informação do país. A leitura desse material é fundamental para que os decisores avaliem o ambiente político doméstico e o impacto dos fatos sobre a opinião pública, fatores importantes no tabuleiro político em que atuam. A influência do noticiário sobre as decisões dos governos fica evidente nas palavras do presidente Cardoso, em conferência na Universidade de Bolonha:

“(...) não conheço qualquer autoridade pública que não comece o dia pela leitura de jornais. Os meios modernos de informação definem, assim, parte essencial da realidade política. (...) É impossível não agir quando a desigualdade, a violência, as expressões de injustiça, aparecem sob a forma dramática da notícia jornalística.”¹⁴⁸

No caso da política externa brasileira, entretanto, não se deve esperar que imagens chocantes ou expressões de desigualdade e injustiça sejam estampadas nos jornais e motivem o Executivo a agir imediatamente e de forma diferente da que gostaria. O lugar periférico que o Brasil ocupa no cenário mundial e sua tradição de não-interferência em assuntos internos de outros Estados o mantêm afastado dos principais cenários de conflitos mundiais – ao contrário das grandes potências. Além disso, a realidade doméstica brasileira está repleta de fatos tão ou mais chocantes, violentos e injustos que aqueles capazes de interferir na política externa do país. A atenção desta pesquisa, portanto, não está voltada para alterações na política externa provocadas pelo clamor público, como já se

¹⁴⁷ COHEN, 1963; SEYMOUR-URE, 1968; SEIB, 1996; HILL, 2002.

¹⁴⁸ CARDOSO, 1997.

registraram em coberturas de grandes redes de TV como BBC¹⁴⁹ e CNN¹⁵⁰, mas para o diálogo aberto entre imprensa e Executivo, capaz de alterar o equilíbrio doméstico de forças que sustenta as políticas oficiais.

Nesse sentido, é importante observar que o Itamaraty acompanha de perto a publicação de reportagens e opiniões na imprensa, como afirma o embaixador Seixas Corrêa:

“No que diz respeito ao monitoramento do noticiário, a Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores mantém contato diário com todos os órgãos de imprensa nacionais, para corrigir matérias publicadas com equívocos diversos, e promove *briefings* sobre os temas de política externa da atualidade de maior relevância.”¹⁵¹

Durante o governo Cardoso, muitas vezes a chancelaria não resumiu sua relação com a imprensa à sua Assessoria de Comunicação Social, voltada principalmente para abastecer de informação o noticiário regular por meio de *releases* e *briefings*. Quando a posição oficial foi criticada por editoriais e colunas, reconhecidos como formadores de opinião com maior poder de influência sobre a sociedade, representantes dos mais altos escalões da instituição foram mobilizados para responder a essas críticas e justificar a posição do Executivo.

O uso da diplomacia presidencial já nos primeiros meses do período Cardoso, como foi dito, iniciou um debate sobre essa ferramenta de inserção internacional e fez com que a imprensa manifestasse diversas opiniões sobre o assunto. Embora os jornais, inicialmente, tenham apoiado o uso da diplomacia de cúpula, a mudança na postura de alguns veículos – como observou-se em relação à Folha de S. Paulo neste capítulo – fez com que o Itamaraty rebatesse publicamente as opiniões contrárias à oficial e questionasse a forma como os jornais trataram o assunto. Uma crítica recorrente da chancelaria à cobertura das viagens presidenciais é que os veículos atribuíam poucos resultados práticos a elas porque acompanham apenas as viagens e não seus desdobramentos. A atenção estaria voltada aos aspectos protocolares e cessaria com o fim da viagem, deixando de lado as vantagens trazidas para o Brasil pelo diálogo no mais alto

¹⁴⁹ HILL, 2002.

¹⁵⁰ SEIB, 1996; Id., 2000.

¹⁵¹ SEIXAS CORRÊA, 1999b.

nível. Essa visão foi exposta pelo embaixador Sebastião do Rego Barros quando ocupava a secretaria-geral do Ministério das Relações Exteriores brasileiro:

“Um tratamento simplificado por parte da imprensa deixou a falsa impressão de que as visitas realizadas pelo Senhor Presidente da República rendiam escassos ganhos para o País. (...) Os fluxos de investimento, a criação de empreendimentos conjuntos, o intercâmbio científico e tecnológico, o comportamento da balança comercial e a afinidade de posições em foros internacionais são aspectos que podem ser influenciados por gestos políticos de aproximação como as visitas de alto nível. Por serem menos ponderáveis e despertarem menor atenção, estes dados acabam, no entanto, por não serem transmitidos à sociedade, o que exige do Itamaraty um esforço adicional de divulgação e informação do público.”¹⁵²

É interessante notar que esse tipo de crítica traz consigo a noção, por parte da chancelaria, de que a imprensa deveria se comportar de uma dada forma e não o faz. Na retórica do Itamaraty, o fato de os jornais questionarem os motivos e os resultados da diplomacia presidencial seria uma evidência de despreparo, desinteresse por política externa ou falta de informação sobre o assunto, o que geraria a necessidade de “esforço adicional de divulgação”, como frisou o embaixador. O mesmo tipo de preocupação quanto ao embasamento das críticas foi manifestado pelo ministro Lampreia em agosto de 1997, diante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, ao falar da reforma da ONU e da postulação, pelo Brasil, de uma vaga permanente no Conselho de Segurança da organização:

“Pairam sobre o assunto, no Brasil, muitas dúvidas e muita desinformação. A própria leitura da cobertura jornalística destes últimos dias, colocando a ênfase em uma suposta rivalidade renascida entre o Brasil e a Argentina e dando ao assunto uma perspectiva de encaminhamento imediato, evidencia quanto o assunto é ainda desconhecido de grande parte dos meios de comunicação, para não falar da opinião pública de um modo geral. (...) A busca de manchetes pela imprensa agrava a questão. Procura-se no assunto um impacto de opinião pública, uma urgência e um potencial de conflito, quase como se estivéssemos diante de uma final de campeonato mundial (...). No entanto, o assunto está longe ainda de estar maduro para uma decisão. Não é notícia; não dá manchete em nenhum jornal, a menos que se tenha a visão errada do assunto.”¹⁵³

¹⁵² BARROS, 1998, p. 23.

¹⁵³ LAMPREIA, 1997c.

Nesse discurso aos parlamentares, o ministro Lampreia faz referências diretas ao texto “Enredo para um tango”, da colunista Marta Salomon, publicado na Folha de S. Paulo cinco dias antes, cujo primeiro parágrafo diz:

“Hoje tem encontro entre Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso. E o esforço da diplomacia brasileira é desfazer o clima de final de Copa do Mundo da conversa entre os dois presidentes. Tanto cuidado só confirma a importância do jogo. Não se discute apenas se o Brasil será finalmente escalado para uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, espécie de "clube" de poder internacional. Mais do que a tal cadeira, estará em jogo nas entrelinhas da reunião do Paraguai o projeto de liderança do Brasil na América Latina.”¹⁵⁴

As referências à Copa do Mundo e à rivalidade entre Brasil e Argentina, presentes no discurso do ministro, estão também no texto da colunista, o que evidencia um diálogo entre os dois. O tom do pronunciamento de Lampreia, classificando a cobertura da imprensa como desinformada, entre outras qualificações negativas, assim como a análise de Barros exposta acima, reflete a forma como o Itamaraty reagiu às críticas da imprensa. Em geral, principalmente nos primeiros anos da diplomacia presidencial de Cardoso, a chancelaria atribuiu as análises que lhe eram contrárias à falta de conhecimento dos jornalistas e a uma suposta busca por notícias de impacto e manchetes que chamem a atenção dos leitores para conflitos que, na verdade, não existiriam.

No entanto, é curioso notar que da mesma forma como o ministro reclama de má interpretação por parte da imprensa, ele também tira conclusões superficiais e pouco embasadas do trabalho de colunistas e editorialistas. Ainda que as análises produzidas por esses profissionais sejam, por vezes, equivocadas ou mal informadas, a preocupação com manchetes impactantes não é própria desse tipo de conteúdo jornalístico, que valoriza mais a qualidade da informação que seu poder de atração. Além disso, a visão que o ministro critica como desinformada também tem defensores fora das páginas dos jornais, como se pode ver no artigo de Barnal-Meza, escrito anos depois da divergência e sem preocupação com o furor pelas manchetes que lampreia atribui à imprensa:

“Um fator particularmente irritante para a Argentina foi o retorno da aspiração brasileira a entrar como sócio permanente do Conselho de Segurança da ONU,

¹⁵⁴ Folha de S. Paulo, 23 de agosto de 1997.

proposta que relançou Cardoso e que desatou uma verdadeira controvérsia com seu vizinho.”¹⁵⁵

Portanto, nos dois casos vistos acima – viagens presidenciais e reforma do Conselho de Segurança da ONU – a postura do Itamaraty em relação à imprensa foi de desqualificar o interlocutor baseados na idéia de que o próprio fazer jornalístico tinha características e interesses que comprometeriam a qualidade da análise feita por eles. Comparada à postura de diálogo seletivo da diplomacia pública do Itamaraty – explorada no capítulo passado – esse comportamento em relação à imprensa pode ser visto como um esforço para retirar do debate interno visões que contrariam a postura oficial. Nas negociações, a chancelaria seleciona aqueles que participam das reuniões. Em relação à imprensa, diante da impossibilidade de selecionar as vozes que falarão à sociedade, o esforço é por desqualificar os críticos – e não as críticas – e acionar as fontes oficiais de informação para que forneçam, contínua e intensamente, o enfoque oficial aos jornalistas.

Mas se nos momentos já citados o Itamaraty fugiu do debate com a imprensa desqualificando-a como interlocutor, houve outros em que a chancelaria e os veículos discutiram abertamente o conteúdo da política externa implementada pelo governo. Um grande exemplo disso foram as discussões sobre o litígio entre Brasil e Canadá na Organização Mundial do Comércio, envolvendo subsídios à fabricação de aeronaves em ambos os países (caso Embraer-Bombardier), em julho de 2000, que posicionaram a Folha de S. Paulo e o Itamaraty em lados opostos.

O primeiro editorial da Folha a criticar a estratégia adotada pelo Brasil naquele litígio foi “Derrotas na OMC”, publicado em 22 de julho de 2000, que recorre ao relatório final do painel da OMC para apontar fragilidades na atuação do Itamaraty no caso:

“A leitura dos relatórios da OMC publicados ontem revela que as estratégias de argumentação usadas pelos diplomatas brasileiros deixam bastante a desejar. Para provar que o governo brasileiro não subsidia indevidamente a Embraer, os diplomatas usaram uma única operação comercial como base para justificar uma regra, uma referência generalizada. O relatório da OMC nota algo que deveria ser óbvio para quem domina as regras elementares da lógica: o exame de um caso

¹⁵⁵ BERNAL-MEZA, 2002, p. 45.

único não pode servir de base para generalizações. É, no mínimo, constrangedor. Há outros pontos embaraçosos. A operação usada como referência pelos negociadores brasileiros tem por objeto aviões civis de grande porte, quando o objeto da controvérsia é o comércio de aviões de porte menor usados em rotas regionais. Essa é apenas mais uma de outras tantas imprecisões e insuficiências sublinhadas pelo relatório da OMC na argumentação brasileira. (...) A julgar pelo caso Embraer, o Brasil carece de instrumentos e noções básicos sem os quais sobram apenas a retórica e o jogo de cena.”

Quatro dias depois, em 26 de julho de 2000, a Folha de S. Paulo volta novamente suas baterias para a atuação do Itamaraty no editorial “Diplomacia à deriva”, que volta a falar do caso Embraer-Bombardier e critica também a postura oficial brasileira nas negociações com a Argentina no Mercosul:

“A defesa, ruim, do programa brasileiro de exportações derrotado na OMC, foi feita pelo Itamaraty. Assim, como se já não bastasse a ausência de política comercial consistente, os vários organismos e agências do governo não conseguem entrar em acordo sobre um tema básico: como responder à OMC. Têm razão os críticos que notam, com relação ao Brasil, ser a dependência externa não apenas um resultado da globalização, mas um fruto da incapacidade política das elites governamentais de definir políticas estratégicas de interesse nacional. A diplomacia econômica brasileira está hoje com sua maior atenção voltada ao relançamento do Mercosul. Mesmo assim, os resultados têm sido igualmente tragicômicos: a cada iniciativa de “relançar” o Mercosul, a Argentina responde com medidas casuísticas e unilaterais contra produtos brasileiros. (...) elas também refletem a percepção acertada, por parte da diplomacia argentina, de que o Itamaraty fez do Mercosul a tal ponto uma prioridade nacional que o melhor a fazer é forçar sempre a fim de obter mais concessões, as quais o Itamaraty repassa à sociedade brasileira.”

A crítica da imprensa, dessa vez, não poderia ser classificada como “desinformada” porque se presta quase a repetir os relatórios da OMC e compará-los às declarações das autoridades brasileiras. Após dois editoriais contrários ao Itamaraty na mesma semana, o ministro Lampreia responde à opinião do jornal no artigo “Diplomacia com rumo”, de 28 de julho de 2000, fazendo referência direta aos editoriais da Folha e publicado na seção de opinião do próprio jornal:

“Dois recentes editoriais da Folha – ‘Derrotas na OMC’ (22/7) e ‘Diplomacia à deriva’ (26/7) – não fazem justiça nem ao governo, como um todo, nem ao Itamaraty, em particular. (...) No caso Brasil-Canadá, as vantagens da manutenção do programa de apoio às exportações durante anos cruciais para uma empresa estratégica certamente superam os custos da controvérsia. (...) Afirma-se que a defesa do Proex empreendida pela diplomacia brasileira foi deficiente. Essa avaliação não me parece fundamentada em argumentos factuais sólidos. Há regras na OMC, que o Brasil ajudou a construir e deseja preservar e aprimorar, que estabelecem limites para a assistência governamental à atividade exportadora. (...) O comércio internacional é muito mais do que um jogo de soma zero. Em

diplomacia, como em outros campos de atuação política, não se podem vencer todas as batalhas”.¹⁵⁶

Dessa vez, o artigo de Lampreia não faz referência a comportamentos inapropriados da imprensa, mas classifica as análises dos editoriais como “injustas”. Sobre as observações feitas pelo relatório da OMC e reproduzidas pela Folha em tom crítico, o ministro não se pronuncia no artigo. Entretanto, há no artigo uma contribuição para o debate sobre a atuação brasileira na OMC. Ele revela a estratégia de se alongar ao máximo a disputa mesmo com a certeza de que o país seria derrotado, para que a Embraer pudesse se beneficiar por mais tempo de um programa que feria as regras internacionais, mas dava mais competitividade à empresa brasileira e que serviu para firma-la no mercado internacional de aeronaves.

Logo, os editoriais da Folha de S. Paulo motivaram um diálogo com o Executivo que envolveu argumentos mutuamente aceitos como válidos para a discussão da estratégia de inserção internacional do Brasil. Por meio do jornal, setores da sociedade interessados nas negociações comerciais do país puderam conhecer com mais detalhes a avaliação feita pela OMC da defesa apresentada pelo Itamaraty e souberam também de que forma essa defesa, criticada pela Folha, era vista pelos negociadores brasileiros como estratégia de ação

Outro momento em que a imprensa e a chancelaria dialogaram publicamente foi a I Reunião de Presidentes da América do Sul. Na ocasião, o debate se desenvolveu em torno da atuação de Cardoso no encontro como exercício de liderança no subcontinente, posição defendida pela Folha de S. Paulo e por alguns acadêmicos, mas seguidamente negada pelo Itamaraty. Como já foi analisado neste capítulo, no ano 2000, o diário paulista intensificou sua interpretação de que o Brasil tinha uma estratégia internacional voltada para exercer liderança regional, mais ainda quando se aproximava a cúpula sul-americana. Por ocasião do evento, o Itamaraty voltou a afastar publicamente essa hipótese, mais uma vez em artigo do ministro Lampreia:

“a imprensa também registrou com muita ênfase a percepção de que a reunião teria marcado um momento de afirmação em termos da diplomacia brasileira, em busca de um papel de liderança na região. (...) (N)ão cabem na América do Sul projetos

¹⁵⁶ LAMPREIA, 2000a.

hegemônicos. Foi dito no encontro em Brasília, com muita propriedade, que a América do Sul precisa de muitos líderes – seria apenas o caso de completar que a América do Sul precisa, na verdade, de 12 líderes”.¹⁵⁷

A resposta do ministro Lampreia à imprensa, dessa vez, é apenas parcial. A idéia de liderança é afastada em função de uma preocupação da chancelaria, já apresentada neste trabalho, de criar conflitos com a Argentina e de ter de arcar com os custos de uma hegemonia regional. No entanto, a interpretação dada pela Folha de S. Paulo fez parte do debate alinhada a de alguns acadêmicos, como mostra o artigo de Janina Onuki publicado no próprio diário paulista alguns dias após o encontro de cúpula:

“Fernando Henrique, em excelente performance da chamada diplomacia presidencial, reuniu todos os presidentes da América do Sul durante dois dias para discutir temas relevantes e de interesse comum. (...) A cúpula serviu para vários propósitos. Resta saber se serviu para o que se propunha: afirmar a liderança do Brasil. Esse seria um momento favorável para o Brasil assumir (ou consolidar) sua liderança.”¹⁵⁸

Portanto, mais uma vez, a análise dos editoriais dos jornais mostra que a imprensa é capaz de manifestar opiniões diferentes das oficiais e que, assim fazendo, move representantes do Executivo a responder publicamente suas visões, motivando o debate. Não se trata, portanto, de um monólogo. Além de influenciar de maneira indireta a sociedade por meio do conteúdo de editoriais e colunas – reconhecidos formadores de opinião – as opiniões da imprensa mobilizam o Executivo, ainda que seja para rechaça-las por acreditar que elas podem interferir no julgamento que a opinião pública e os grupos sociais mais relevantes fazem dos governantes.

4.2.3. Neutralidade oficial

O segundo padrão de comportamento da imprensa a ser analisado no modelo de dupla via é sua posição como filtro das informações de política externa

¹⁵⁷ LAMPREIA, 2000b.

¹⁵⁸ ONUKI, 2000.

para a sociedade. Como já foi dito, esse papel foi apenas parcialmente cumprido com autonomia no período, o que fez com que prevalecesse, sobretudo nos textos do Globo, a neutralidade oficial.

Qualificar esse comportamento utilizando o termo “oficial” tem óbvia relação com o fato de ele refletir a posição do governo. Já a referência à neutralidade se explica pela forma como o discurso é construído nos textos dos editoriais e colunas. A chave do mecanismo pelo qual se constrói esse tipo de discurso na imprensa é expor apenas uma possibilidade de política para determinado tema e não atribuí-la a ninguém. Se ficasse claro que a idéia exposta é parte da política implementada pelo governo ou é um dos princípios que a norteiam, o editorial estaria olhando a proposta por um ângulo distinto do oficial. Ele poderia julgá-la acertada ou equivocada, mas haveria obrigatoriamente um exame crítico. Como não pertence a ninguém, a política proposta passa a ser meramente uma opinião do jornal – já que todo editorial o é. Por não se esperar que um veículo questione suas próprias opiniões, ele ganha liberdade para transmitir a visão oficial sem ser criticado e mantendo sobre o texto o verniz de neutralidade que os jornais brasileiros, em geral, buscam.

Um exemplo de neutralidade oficial é o editorial “Poder de barganha”, publicado pelo Globo em 1º de junho de 1999:

“É significativo que os representantes da União Européia estejam interessados em entendimentos por setor, na Cimeira América Latina-EU (...). Uma negociação nesses termos permitiria chegar a bons acordos nas áreas de indústria e serviços, sem tornar necessária uma revisão da política agrícola da UE. É justamente o que os países do Mercosul não podem aceitar. As barreiras tarifárias e não tarifárias impostas pelos europeus ao ingresso de produtos agrícolas em seu mercado têm tido pesado custo para os países do bloco sul-americano. (...) Uma negociação em termos gerais, que leve a um abrangente acordo de livre comércio, terá necessariamente de incluir a agricultura. Este, portanto, é o caminho a ser trilhado para que seja possível pelo menos abrandar as tradicionais práticas protecionistas dos europeus.”

O editorial acompanha a posição brasileira frente à União Européia, sem que isso seja mencionado em momento algum. Dessa forma, o Globo corrobora a política oficial sem ter que dizer que o governo acerta na escolha. O certo é o que o jornal diz; que isso seja o mesmo que o ministro diz, em outros lugares, é quase uma coincidência. Mecanismo semelhante pode ser percebido no editorial “Marco histórico”, de 1º de julho de 1999, publicado no Globo por ocasião do

encerramento da Cimeira, que chega a ter tom oficial e celebra o sucesso do encontro de cúpula sem citar sequer um benefício gerado pela reunião:

“O encontro de cúpula que reuniu mais de 40 chefes de Estado representa um passo histórico extremamente importante, pois marca o início da mobilização de dois grandes blocos na direção de uma melhor integração comercial e econômica. Acordos de livre comércio precisam de tempo para amadurecer, pois é necessário identificar ponto a ponto de interesse comum. (...). Nas negociações com a União Européia ou com a Alca também não será diferente. Por reunirem economias desiguais, nos primeiros anos desses acordos as exceções podem virar a regra, o que é absolutamente natural. Em um encontro de cúpula com mais de 40 chefes de Estado discute-se basicamente princípios. (...) No entanto, a disposição política manifestada por esses líderes certamente se traduzirá nos próximos meses em iniciativas concretas, a partir de outras reuniões entre negociadores gabaritados de cada bloco econômico.”

O tom oficial do trecho acima – que mais parece ter sido tirado de um artigo de Celso Lafer – está presente na maior parte dos editoriais do Globo sobre política externa brasileira no período Cardoso. É importante ressaltar, entretanto, o uso dos padrões denominados aqui de autonomia crítica e neutralidade oficial não serve para marcar posições exclusivas e divergentes entre o diário carioca e a Folha de S. Paulo uma vez que os paulistas, em muito menor número, como já se disse, também utilizaram este segundo padrão. É exemplo disso o editorial “Investindo no exterior”, de 7 de fevereiro de 1997, que diz:

“A recente viagem ao Reino Unido, à Itália e ao Vaticano contribuiu para fortalecer os laços entre o Brasil e a Europa. No contexto de relativa disputa de interesses comerciais entre os EUA e o Brasil quanto a uma eventual integração econômica de toda a América, é bem-vindo um fato que venha reafirmar o multilateralismo da política exterior brasileira. O estreitamento de laços com outros pólos econômicos e o fortalecimento do Mercosul são importantes para que o Brasil e as nações do Cone Sul possam negociar em posição mais favorável com a maior potência econômica do planeta.”

Portanto, o exame dos editoriais e colunas selecionados permite afirmar que, no modelo de dupla via, a imprensa brasileira consegue atuar de forma autônoma para submeter as políticas do Executivo a um exame crítico – embora a Folha de S. Paulo tenha adotado essa posição claramente e o Globo, ao contrário, só tenha se manifestado nesse sentido por meio de alguns colunistas. Isso a qualificaria como um ator autônomo a ser considerado no processo de formulação da política

externa brasileira em função da influência que ela tem sobre a opinião pública e os mais diversos setores da sociedade. Pelo modelo de dupla via, a imprensa é um dos únicos – por vezes o único – meio de informação de grupos sociais relevantes a respeito de política externa e, por isso, as escolhas que faz para transmitir informações e opiniões têm influência direta sobre os objetivos dos grupos domésticos e o equilíbrio de forças da política interna que sustenta o Executivo e direciona o Legislativo.

Porém, o reconhecimento da influência da imprensa sobre os grupos sociais e a opinião pública não pode deixar de observar o segundo padrão de comportamento observado na análise dos editoriais e colunas. Se, por vezes, os veículos serviram de contraponto crítico às propostas do governo e podem ter influenciado as forças da política doméstica em direções diferentes da que naturalmente seguiriam, por outras, a reprodução do discurso oficial de maneira pretensamente neutra podem ter o efeito de ampliar o poder de barganha do Executivo. A neutralidade oficial utilizada pelo Globo e pela Folha indica que, por vezes, a imprensa pode servir como catalisador de opiniões em favor da política do governo, aumentando o apoio que ela recebe internamente e reduzindo a possibilidade de haver expectativas diferentes por resultados.

Essa constatação de que a imprensa brasileira se dividiu entre reproduzir a visão oficial dos objetivos da política externa brasileira no período Cardoso ou questioná-los a partir de outros enfoques é corroborada pelo resultado do exame dos enquadramentos apresentado na seção anterior. Como foi mostrado, os dois enquadramentos que se caracterizam por expressar quase exclusivamente a posição oficial (diário do Príncipe e *briefing*) foram usados em praticamente metade dos textos selecionados. Por outro lado, no restante dos editoriais e colunas prevaleceram enquadramentos (cara e coroa; e liderança) caracterizados por expressar interpretações da política externa que não só divergem das oficiais mas também são criticadas pelo Itamaraty. Nesses casos – e a Folha foi exemplo deles bem mais que o Globo – a imprensa assume postura crítica e abre um diálogo com o Executivo sobre a política externa brasileira, dando ao tema relevância para a sociedade e influenciando os grupos domésticos.

A possibilidade de a imprensa refletir o pensamento da elite governante já foi analisada anteriormente e é sintetizada pela proposta de Robinson¹⁵⁹ segundo a qual os veículos de comunicação não assumirão posicionamento autônomo se houver consenso das elites em favor de uma política implementada, situação que reduz intensamente a margem para crítica. Entretanto, a imprensa tenderia a expor a divergência do pensamento das elites toda vez que ela existir e utilizaria enquadramentos que privilegiassem um dos lados ou assumiria uma posição independente das outras.

Algumas vezes, os próprios textos deixam clara a divergência entre posições da elite brasileira. É o caso de “Punhos de renda X Tyson”, de Eliane Castanhêde em 14 de outubro de 1997:

“Celso de Mello gritou lá do Supremo, ACM vociferou do Congresso, até o governador Cristovam Buarque (DF) quis tirar sua casquinha às vésperas da chegada de Clinton. Mas os diplomatas continuaram diplomatas à brasileira. Nem um pio sobre as grosserias norte-americanas. Não que se esperassem atos de bravura, mas pelo menos uma palavra mais ácida, uma alfinetada ou mesmo uma ironia deixando claro que o complexo de inferioridade não acabou, mas está diminuindo. Em tempos de globalização (...) o diplomata de carreira, em especial o embaixador, precisa assumir posições, ousar mais”.

Também a Folha deixou clara a fonte da divergência no editorial “O velho interesse nacional”, de 22 de abril de 1999:

“Mas quais são as contrapartidas concretas dos gestos de excessiva boa vontade, por assim dizer, do Brasil em relação à política comercial e militar de potências como EUA e União Européia? (...) Pouco antes, nesta Folha, o ministro das Relações Exteriores qualificava tal intervenção como "inaceitável". (...) (O ex-embaixador Ovídeo de) Mello lança indagações pertinentes à diplomacia de hoje: ‘Por que o Brasil apoiou o bombardeio da Iugoslávia? Continuamos comendo pela mão dos outros?’. É uma questão que os diplomatas não podem responder, mas sobre a qual o governo deve certas explicações”.

No primeiro exemplo acima, Castanhêde cita manifestações de representantes dos três poderes contra a postura do Itamaraty, apontando que o comportamento da chancelaria contrasta com a posição de políticos de outras instâncias, embora a colunista não baseie suas críticas na opinião destes. Já no segundo exemplo, o editorial da Folha se alinha com a opinião do ex-embaixador

¹⁵⁹ Cf. nota 45.

e a utiliza para exigir da diplomacia brasileira uma postura frente às grandes potências que seja de defesa dos interesses do país, opção que dá título ao editorial. Em ambos os casos, como na proposta de Robinson, a existência de divergência nas elites motiva a exposição dessas discordâncias e a tomada de posição de editoriais e colunistas. Ainda quando os grupos ou atores individuais que divergem não estejam explícitos no texto – como geralmente ocorre –, a imprensa se tornará veículo para a transmissão dos questionamentos que os principais grupos sociais fazem à política oficial. Foi isso que o padrão denominado autonomia crítica permitiu que a Folha de S. Paulo fizesse – e o Globo, com seus colunistas – durante todo o governo Cardoso.

4.3. O Executivo em julgamento

Quando se distancia do discurso oficial, a imprensa não necessariamente o condena. O distanciamento pode originar análises igualmente favoráveis ou contrárias, desde que baseadas em pontos de vista distintos daqueles apresentados pelo Executivo. Ao longo dos oito anos de governo Cardoso, a análise dos editoriais e colunas mostra que a Folha de S. Paulo e o Globo mantiveram um equilíbrio entre o apoio e a rejeição de políticas oficiais para a inserção internacional do Brasil. A diferença é que a Folha o fez tanto em editoriais quanto em colunas, enquanto no Globo, como exposto acima, esse equilíbrio só se deu entre os colunistas, já que os editoriais adotaram a linha da neutralidade aparente com repetição da visão oficial.

Dois editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Mercosul dão uma idéia precisa de como o distanciamento entre os pontos de vista da imprensa e do governo podem originar análises favoráveis ou contrárias à política externa implementada. Em “Água na fervura”, de 8 de julho de 1995, o diário paulista abre fogo contra a maneira como a diplomacia brasileira conduz a integração regional, que estaria repleta de “falhas de forma e conteúdo”. Diz o texto:

“Em primeiro lugar, falta exatamente a construção, não das regras e normas, mas das instituições capazes de legitimar e oferecer abrigo às renegociações naturais em projetos de integração econômica. (...) Mais ainda (...) é fundamental garantir, permanentemente, que o conteúdo das decisões esteja amparado não na

clarividência de um punhado de diplomatas bem-intencionados, mas em sólidas relações e detalhadas negociações com os interesses econômicos e sociais afetados pelos acordos internacionais. (...)a aceitação de um acordo que previa um regime automotriz para a Argentina sem nada simétrico para o Brasil foi um erro que deve ser corrigido. (...) Estão em jogo decisões de investimento de longo prazo que as multinacionais do setor tomarão levando em conta justamente essas regras (...).”

Já no editorial “A boa saúde do Mercosul”, de 18 de dezembro de 1996, como o título já sugere, o jornal tece elogios às iniciativas oficiais:

“O fato de a reunião de cúpula do Mercosul, em Fortaleza (CE), não ter tido condições de aprovar uma parte dos acordos inicialmente previstos (...)Não se trata nem remotamente de uma crise capaz de apagar os avanços substanciais até agora conseguidos por esse conjunto de países. O maior avanço, aliás, é de fundo muito mais político do que econômico ou comercial. (...) Mas é igualmente evidente que houve progressos notáveis no comércio entre os países membros, induzidos pela liberalização característica de esquemas de integração regional. Seria pecar por ingenuidade imaginar que novos passos no rumo da liberalização pudessem ser adotados rapidamente e sem dificuldades. (...)É razoável portanto encarar as dificuldades evidenciadas pela cúpula de Fortaleza como obstáculos naturais. O que não impede constatar que até aqui, pelo menos, o Mercosul goza, no geral, de boa saúde.”

É interessante observar como os dois editoriais, além da evidência de serem contrastantes do ponto de vista da análise do processo de integração regional, partem de pontos de vistas diferentes do oficial para chegar a resultados tão distintos. No primeiro, enquanto é próprio da diplomacia brasileira a resistência a acordos que impliquem redução soberania, a Folha de S. Paulo insiste na necessidade de criar regras, normas, e instâncias supranacionais de decisão. Enquanto a chancelaria cede à pressão Argentina tendo em vista a importância estratégica do bloco para a inserção internacional do Brasil, o jornal escolhe valorizar a economia brasileira e acena para a perda de investimentos futuros. No segundo, quando o governo brasileiro se preparava para mudar as regras do setor automotivo e reconhecia que tal fato causou dificuldades ao avanço das negociações em Fortaleza, principalmente em relação à Argentina, a Folha via nas dificuldades um componente natural da integração e aplaudia o momento que o bloco vivia.

O distanciamento crítico, aliado à possibilidade de a imprensa ser favorável ou contrária às propostas do Executivo, dá origem a um elemento importante na relação entre esses dois atores da política doméstica: a definição de sucesso e fracasso. Como já foi dito anteriormente, os recortes e enfoques aplicados pelos

jornais à realidade têm a necessidade de simplificar os temas, o que, em geral, faz com que se choquem com as nuances e a flexibilidade que são próprias da atividade diplomática.¹⁶⁰ A definição de sucesso e fracasso é uma prerrogativa importante nas mãos da imprensa porque é capaz de alterar a maneira como a opinião pública e grupos sociais avaliam a atuação do Executivo. Em momentos de dificuldade política interna, ela pode fazer com que o presidente recue em relação a uma determinada iniciativa para evitar que sua base de apoio se estreite.

No período Cardoso, tanto o Globo quanto a Folha de S. Paulo atribuíram sucesso e fracasso a diversas iniciativas de política externa do Executivo. Um período de sucesso já abordado neste capítulo¹⁶¹ foram os primeiros meses da diplomacia presidencial, saudados como um momento de afirmação do Brasil no exterior. Ambos os veículos analisados valorizaram a atuação externa do presidente e ressaltaram a boa recepção que ele tinha no exterior e a maneira segura como transitava nos mais altos círculos internacionais. Num período em que a política externa brasileira carecia de um paradigma e diversos grupos domésticos, refletidos principalmente na oposição ao governo no Congresso, resistiam ao processo de privatizações e à maneira como a política fiscal e monetária era conduzida, Cardoso soube aproveitar o apoio que recebia externamente para legitimar as mudanças que implementava internamente. A imprensa serviu como propagadora da mensagem de sucesso da política externa brasileira a cada elogio ou aplauso que o presidente recebia na Europa e ajudou a garantir apoio ao governo que se iniciava.

Outro período interessante para se analisar o comportamento dos veículos quanto à atribuição de sucesso e fracasso do governo em política externa foi o ano que antecedeu as eleições presidenciais de 1998, quando avaliações favoráveis por parte da imprensa tendem a ser aproximadas a apoio ao candidato da situação. Há dez meses da eleição, um curioso contraste mostra como as escolhas e enquadramentos podem mudar o resultado da análise estampada nas páginas dos jornais. Sobre a viagem de Cardoso à Inglaterra, o Globo escreveu um artiguete dizendo que “a reação de financistas e investidores ingleses à visita do presidente Fernando Henrique Cardoso parece ser, pelas primeiras reações, extremamente

¹⁶⁰ Cf. cap. 2, seção 2.3.

¹⁶¹ Cf. cap. 4, seção 4.1.

positiva”.¹⁶² Cinco dias depois, Márcio Moreira Alves escreveu, no mesmo jornal e sobre a mesma viagem, que o compromisso “não chegou a ser vexaminoso, mas também não foi nenhum triunfo romano” pois “não teve o peso político que os diplomatas prometiam”.¹⁶³

Nos meses seguintes, o Globo não publicou nenhum editorial ou coluna que atribuísse sucesso ou fracasso a iniciativas de política externa do governo. O seguinte, favorável, só foi publicado em setembro de 1999, quando Cardoso já estava em seu segundo mandato. A Folha de S. Paulo também não fez julgamentos da iniciativa presidencial às vésperas da eleição. Em 1998, nenhum editorial ou coluna do diário paulista se referiu a sucesso em política externa e o único que falou de fracasso foi publicado em janeiro, mantendo a tendência que o jornal adotara definitivamente desde o ano anterior de criticar o uso da diplomacia presidencial, “agenda grandiosa que morreu na praia”.¹⁶⁴

É interessante notar como, num momento político onde o posicionamento da imprensa em relação às iniciativas do governo poderia por mais pressão sobre o presidente, os veículos não julgaram sucesso ou fracasso. Pesa sobre esse comportamento o fato de o número de colunas e editoriais sobre política externa diminuir com a proximidade das eleições presidenciais em função da redução da atividade externa do presidente, candidato à reeleição, e à intensificação do interesse dos jornais pela política interna nesse período. Entretanto, O Globo e Folha de S. Paulo publicaram um total de 11 editoriais ou colunas sobre diplomacia presidencial no período, incluindo os meses de junho a outubro, quando acontecia a campanha eleitoral, mas nenhum deles julgava a atividade de Cardoso nos termos aqui discutidos.

É provável que essa abstenção se deva justamente à pretensão de neutralidade que os jornais buscam assumir mais intensamente em períodos eleitorais, nos quais a cobertura é insistentemente pautada pelo tratamento igual aos candidatos que disputam o pleito. Logo, a análise dos editoriais mostra que, embora o período pré-eleitoral dê maior peso à imprensa no tabuleiro político doméstico, esse fator é pouco determinante para a avaliação da participação dela na definição da política externa brasileira no período Cardoso.

¹⁶² “A serviço”, O Globo, 4 de dezembro de 1997.

¹⁶³ “Volta ao normal”, O Globo, 9 de dezembro de 1997.

¹⁶⁴ “Microdiplomacia”, Folha de S. Paulo, 24 de janeiro de 1998.